

CENTRO DE PORTUGAL

Boletim trimestral **30**

*Informação reportada ao
primeiro trimestre de 2016*



ccdr-c

comissão de coordenação
e desenvolvimento regional
do centro

ÍNDICE

- 4** Enquadramento Nacional
- 6** Mercado de Trabalho
- 10** Desemprego Registado
- 11** Empresas
- 12** Comércio Internacional de Bens
- 13** Turismo
- 14** Construção e Habitação
- 16** Preços e Consumo Privado
- 18** Políticas Públicas no Centro

Nota: A configuração territorial da Região Centro é a definida na lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e no regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014.



30

Boletim trimestral

Informação reportada ao primeiro trimestre de 2016

FICHA TÉCNICA

Editor
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Responsável Técnico
Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional

Data de Edição
Junho de 2016

ISSN
2182-6579

boletimtrimestral@ccdr.pt
www.ccdrc.pt

Alguns dados de informação conjuntural encontram-se também em <http://datacentro.ccdrc.pt>



DATACENTRO
INFORMAÇÃO PARA A REGIÃO

CENTRO
de PORTUGAL

O Produto Interno Bruto aumentou 0,9% no primeiro trimestre do ano. Este crescimento foi inferior ao dos trimestres anteriores devido a uma desaceleração tanto da procura interna como da procura externa. As exportações e as importações de bens e serviços voltaram a crescer mas a um ritmo menos acentuado. Simultaneamente, a taxa de desemprego nacional fixou-se em 12,4% e o nível de preços cresceu 0,5%. A confiança dos consumidores aumentou e a dos empresários continuou positiva.

No primeiro trimestre de 2016, na Região Centro, em termos homólogos, verificou-se uma redução do desemprego e uma estabilização do emprego. A taxa de desemprego regional foi de 9,3%, o que corresponde a 105,6 mil desempregados, e a taxa de emprego da região foi de 52,4% resultado de uma população empregada de 1.030 indivíduos. A taxa de atividade caiu para mínimos históricos, a população ativa continuou a diminuir e a população inativa aumentou. Os custos com o trabalho diminuíram em termos reais, enquanto o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem superou o do trimestre homólogo.

O setor empresarial continua a evidenciar sinais de dificuldades, tendo diminuído o número de empresas constituídas e aumentado as ações de insolvência. Continuam os problemas financeiros neste setor, traduzidos pelo grau de incumprimento das empresas, que registou mínimos históricos, e pela diminuição dos empréstimos concedidos pelo setor financeiro. O ramo da construção manteve a tendência recessiva que tem marcado os últimos anos, tendo-se observado a deterioração de quase todos os indicadores quer de licenciamento como de obras concluídas. Relativamente às relações comerciais da região com o mercado externo, registaram-se aumentos homólogos reais nas saídas e nas entradas de bens, na Região Centro, ambos acima da média nacional. O crescimento das entradas foi o mais expressivo, sobretudo da componente extracomunitária.

Foram já aprovadas no Centro 2020, o novo Programa Operacional Regional para o período 2014-2020, um total de 1.229 operações até ao final de março de 2016. Estes projetos preveem envolver 364,5 milhões de euros de investimento total, 289,3 milhões de euros de investimento elegível e 164,1 milhões de euros de FEDER. Para além deste volume de aprovações do programa regional, nos quatro Programas Operacionais Temáticos foram aprovados mais de 500 milhões de euros de fundos comunitários referentes a projetos na Região Centro.

ENQUADRAMENTO NACIONAL

O Produto Interno Bruto registou um aumento de 0,9% no primeiro trimestre do ano. Este crescimento foi inferior ao dos trimestres anteriores devido a uma desaceleração tanto da procura interna como da procura externa. As exportações e as importações de bens e serviços voltaram a crescer mas a um ritmo menos acentuado. Simultaneamente, a taxa de desemprego nacional fixou-se em 12,4% e o nível de preços cresceu 0,5%. A confiança dos consumidores aumentou e a confiança dos empresários continuou positiva.

0,9%
foi o acréscimo
homólogo do PIB e

2,2%
o aumento das
exportações

Quadro 1 – Enquadramento Nacional		1T16	4T15	3T15	2T15	1T15	2015	2014
PIB ¹	v. h. (%)	0,9	1,3	1,4	1,5	1,7	1,5	0,9
Procura interna	v. h. (%)	2,0	2,4	2,1	3,7	1,8	2,5	2,2
Consumo das famílias	v. h. (%)	2,9	2,3	2,3	3,3	2,6	2,6	2,3
Taxa de investimento	%	16,1	16,2	16,1	16,8	16,4	16,4	15,9
Exportações	v. h. (%)	2,2	2,8	4,0	7,1	7,1	5,2	3,9
Importações	v. h. (%)	4,6	5,3	5,4	12,5	7,3	7,6	7,2
VAB	v. h. (%)	0,5	1,3	1,1	1,1	0,9	1,1	0,6
Taxa de desemprego	%	12,4	12,2	11,9	11,9	13,7	12,4	13,9
IPC – Índice de Preços no Consumidor	v. h. (%)	0,5	0,6	0,8	0,7	-0,1	0,5	-0,3
Indicador de confiança dos consumidores	%	-11,3	-14,1	-11,2	-12,5	-11,5	-12,3	-20,2
Indicador de clima económico	%	0,9	1,0	1,4	1,1	0,4	1,0	0,2
Taxa de câmbio USD/EUR	USD	1,102	1,095	1,112	1,105	1,127	1,110	1,329
	v. h. (%)	-2,2	-12,3	-16,1	-19,4	-17,7	-16,5	0,1

USD - Dólar dos Estados Unidos
EUR - Euro

No primeiro trimestre de 2016, o Produto Interno Bruto (PIB) nacional aumentou 0,9% em volume face ao trimestre homólogo², segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE). Este crescimento ficou abaixo do registado nos trimestres anteriores, o que se deveu a uma desaceleração quer da procura interna como da procura externa.

A procura interna aumentou 2,0% neste trimestre devido ao aumento das despesas de consumo final, já que o investimento registou um ligeiro decréscimo. As despesas de consumo final das famílias cresceram 2,9%, traduzindo uma ligeira melhoria face ao primeiro trimestre de 2015, e a taxa de investimento foi de 16,1%.

No que respeita à procura externa, as exportações de bens e serviços abrandaram no primeiro trimestre do ano, tendo crescido 2,2% (enquanto no primeiro trimestre de 2015 foi

¹ Dados adaptados, em cada boletim, à série de novos valores divulgados trimestralmente pelo INE, Contas Nacionais. Dados em volume.

² Variação homóloga percentual – v.h. (%): trata-se da variação em relação ao mesmo período do ano anterior, em percentagem do valor deste; Variação homóloga percentual real – v.h.real (%): variação homóloga em volume, sendo retirada a variação dos preços, dados pelo Índice de Preços no Consumidor nacional (base 2008), ou outro indicador mais apropriado.

de 7,1%). Esta desaceleração foi mais intensa na componente de bens do que na de serviços. Também as importações de bens e serviços registaram um menor acréscimo homólogo neste trimestre (4,6%) que se deveu à desaceleração das duas componentes.

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) gerado registou uma variação homóloga de 0,5%, a mais reduzida desde o final de 2013. O ramo da “construção” voltou a registar um decréscimo (-2,8%), o que já não ocorria desde o quarto trimestre de 2014. O VAB da indústria apresentou um crescimento nulo.

Relativamente ao mercado de trabalho, neste trimestre, a taxa de desemprego foi de 12,4%, ou seja, mais 0,2 pontos percentuais (p.p.) do que no trimestre anterior e menos 1,3 p.p. do que no homólogo. Estimavam-se 640,2 mil indivíduos desempregados no país, o que traduz um aumento trimestral de 6,3 mil indivíduos e uma redução homóloga expressiva de 72,7 desempregados.

O nível geral dos preços, avaliado pela taxa de variação do Índice de Preços no Consumidor (IPC), registou um aumento homólogo (0,5%), sendo assim o quarto acréscimo consecutivo. Das 12 classes, apenas três registaram uma diminuição dos preços, mais concretamente, “transportes”, “produtos alimentares e bebidas não alcoólicas” e “saúde”. Em contraponto, foram as classes “bebidas alcoólicas e tabaco” e “comunicações” que registaram o maior aumento do nível de preços (4,3% e 4,2%, respetivamente).

As expectativas dos consumidores tornaram-se menos negativas, a avaliar pelo indicador de confiança dos consumidores³ do INE, e a confiança dos empresários continuou positiva e superior à observada no trimestre homólogo, segundo o indicador de clima económico⁴, também do INE.

Por último, a taxa de câmbio⁵ do euro face ao dólar (USD/Euro) diminuiu face ao trimestre homólogo, assistindo-se a uma desvalorização do euro, o que se traduz num preço mais reduzido para igual quantidade de bens exportados.

³ O indicador de confiança dos consumidores é um meio de medição das expectativas dos consumidores, baseado em respostas de opinião.

⁴ O indicador de clima económico é um instrumento semelhante ao indicador de confiança dos consumidores mas que retrata as expectativas dos empresários.

⁵ A taxa de câmbio corresponde ao preço de uma unidade monetária de uma moeda em unidades monetárias de outra e pode ser cotada ao certo ou cotada ao incerto. A taxa de câmbio está cotada ao certo quando exprime o preço de uma unidade de moeda nacional em unidades de moeda estrangeira e está cotada ao incerto quando exprime o preço de uma unidade de moeda estrangeira em unidades de moeda nacional. Neste Boletim, a taxa de câmbio está cotada ao certo para o euro, pelo que um aumento do seu valor corresponde a uma apreciação ou valorização da moeda nacional (euro) e uma diminuição corresponde a uma depreciação ou desvalorização da moeda nacional (euro).

MERCADO DE TRABALHO

No primeiro trimestre de 2016, na Região Centro, em termos homólogos, verificou-se uma redução do desemprego e uma estabilização do emprego. A taxa de atividade caiu para mínimos históricos, a população ativa continuou a diminuir e a população inativa aumentou. Os custos com o trabalho diminuíram em termos reais, enquanto o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem superou claramente o do trimestre homólogo.

Segundo os dados do inquérito ao emprego⁶ do Instituto Nacional de Estatística, no primeiro trimestre de 2016, a taxa de atividade da população em idade ativa⁷ na Região Centro diminuiu face ao trimestre homólogo para os 57,8%, atingindo o seu valor mínimo e ficando pela primeira vez abaixo da média nacional (de 58,1%) desde o início da compilação da série em 1998. A taxa de atividade regional dos homens foi bastante superior à das mulheres (63,7% contra 52,6%).

Neste trimestre, a população ativa⁸ da Região Centro ascedia a 1.135,4 mil indivíduos, tendo-se registado um decréscimo de 2,0% face a igual período do ano anterior. Já os inativos⁹ totalizavam 1.114,9 mil indivíduos, mais 1,2% do que no trimestre homólogo, evolução que foi impelida pelos domésticos e reformados e contrariada pelos estudantes com 15 e mais anos e outros inativos.

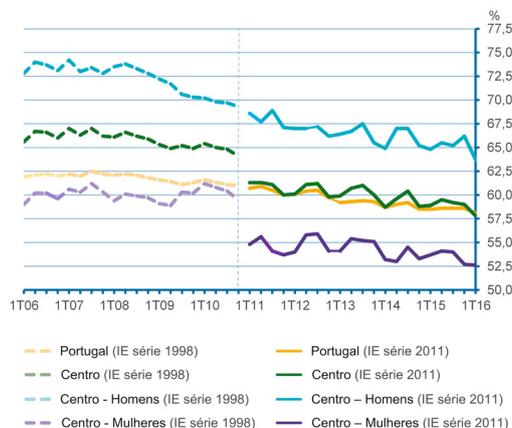
9,3%

foi a taxa de desemprego regional do trimestre

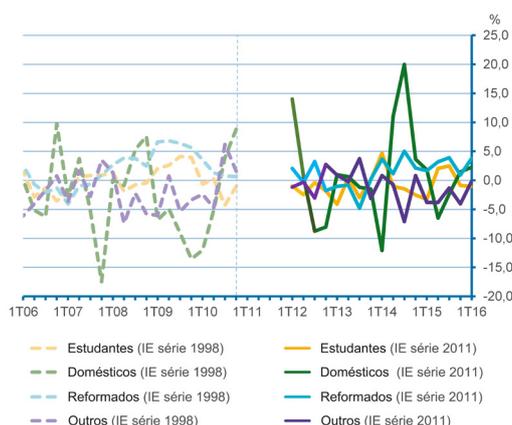
57,8%

foi a taxa de atividade da população em idade ativa na região

Taxa de atividade (15 e mais anos) em Portugal e no Centro



População inativa no Centro por condição perante o trabalho (variação homóloga)¹⁰



⁶ No primeiro trimestre de 2011, o INE iniciou a divulgação de uma nova série de dados do Inquérito ao Emprego, obtida através de uma nova metodologia. Deste modo, os resultados divulgados a partir do primeiro trimestre de 2011 (série 2011), não permitem uma comparação direta com os dados anteriores (série 1998), configurando uma quebra de série. No primeiro trimestre de 2014, o INE disponibilizou valores revistos para estas duas séries, já que estes foram calibrados tendo por referência as estimativas da população residente calculadas a partir dos resultados definitivos dos Censos 2011.

⁷ A taxa de atividade (15 e mais anos), de acordo com o INE, "permite definir a relação entre população ativa e a população em idade ativa (com 15 e mais anos de idade)".

⁸ Segundo o INE, toma-se como população ativa "o conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados)".

⁹ A população inativa é "o conjunto de indivíduos qualquer que seja a sua idade que, no período de referência, não podem ser considerados economicamente ativos, isto é, não estavam empregados, nem desempregados, nem a cumprir o Serviço Militar Obrigatório".

¹⁰ A partir do primeiro trimestre de 2011, a rubrica "Estudantes" passou a integrar apenas os estudantes com 15 e mais anos, estando os alunos entre os 5 e os 14 anos de idade na rubrica "Outros". A rubrica "reformados" compreendia, até ao primeiro trimestre de 2011, pensionistas e reformados. A partir de então apenas se enquadram nessa rubrica os reformados do trabalho, estando os pensionistas distribuídos pelas restantes classes de inatividade e, caso não se incluíam em nenhuma delas são classificados em "Outros".

Quadro 2 – Atividade e Inatividade		1T16	4T15	3T15	2T15	1T15	2015	2014
							média trimestral	
Taxa de atividade (15 e mais anos)								
Portugal	%	58,1	58,6	58,6	58,6	58,5	58,6	58,9
Centro	%	57,8	59,0	59,2	59,5	58,9	59,2	59,4
	v. h. (p.p.)	-1,1	0,2	-1,2	-0,1	0,2	-0,3	-1,0
População ativa – Centro	milhares	1 135,4	1 156,4	1 163,0	1 168,0	1 158,0	1 161,4	1 170,3
	v. h. (%)	-2,0	-0,1	-2,2	-0,6	-0,1	-0,8	-2,2
População inativa – Centro	milhares	1 114,9	1 091,0	1 088,5	1 087,3	1 101,2	1 092,0	1 099,7
	v. h. (%)	1,2	-1,4	0,9	-0,9	-1,4	-0,7	0,7
Estudantes (15 e mais anos)	milhares	177,7	171,7	164,4	183,9	179,6	174,9	174,9
	v. h. (%)	-1,1	-0,9	2,5	2,1	-3,3	0,0	-0,1
Domésticos	milhares	103,7	104,0	107,2	100,8	101,4	103,4	104,9
	v. h. (%)	2,3	1,5	-2,4	-6,5	1,8	-1,4	4,7
Reformados	milhares	387,5	373,0	380,1	361,5	373,4	372,0	363,3
	v. h. (%)	3,8	0,9	3,9	3,2	1,7	2,4	3,0
Outros	milhares	446,1	442,3	436,8	441,0	446,8	441,7	456,7
	v. h. (%)	-0,2	-4,1	-1,3	-3,8	-3,8	-3,3	-1,6

¹¹ A taxa de emprego é dada pelo quociente entre a população empregada e a população com 15 e mais anos de idade.

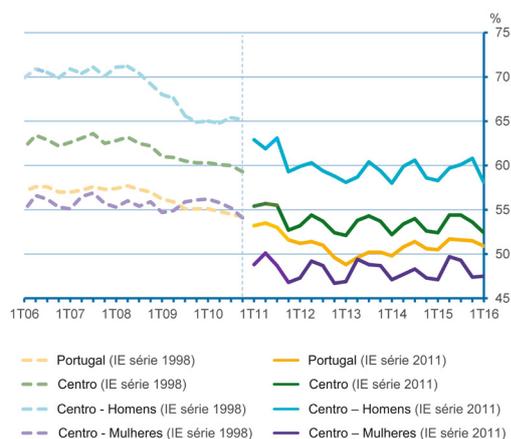
¹² Segundo o INE, a população empregada por situação na profissão principal decompõe-se em “Trabalhadores por conta de outrem”, “Trabalhadores por conta própria”, “Trabalhadores familiares não remunerados” e “Outra situação”.

A taxa de emprego¹¹ da Região Centro, no primeiro trimestre de 2016, foi de 52,4%, valor igual ao do trimestre homólogo e superior à média nacional (50,9%).

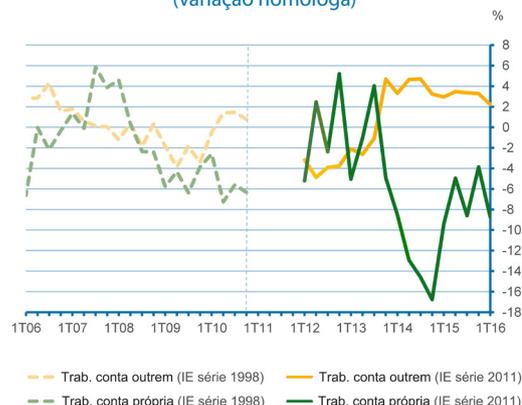
Neste trimestre, na região, estavam empregados 1.029,8 mil indivíduos, valor idêntico ao do mesmo período do ano anterior, tendo-se registado aumentos homólogos nas mulheres empregadas (0,5%), nos empregados dos 15 aos 24 anos (9,5%) e dos 25 aos 44 anos (1,8%) e no setor dos serviços (3,7%). Nas restantes categorias analisadas ocorreu a contração do emprego, com destaque para a redução homóloga de 11,8% no emprego do setor primário.

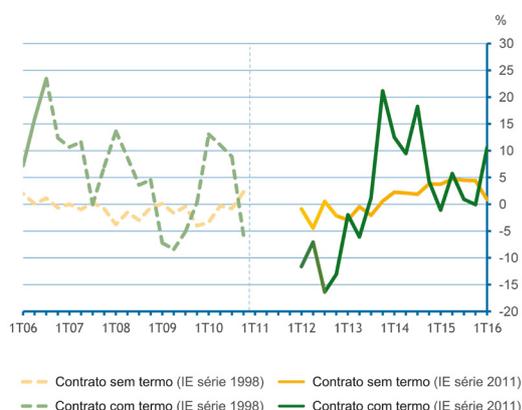
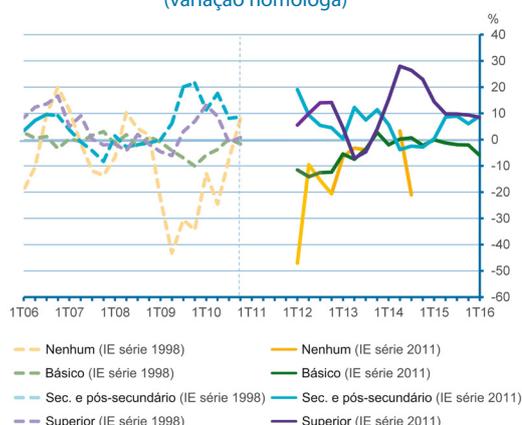
Neste trimestre, os trabalhadores por conta de outrem aumentaram em termos homólogos (2,2%), enquanto os trabalhadores por conta própria diminuíram (-8,7%). Para esta retração dos trabalhadores por conta própria contribuíram tanto os trabalhadores isolados (-8,4%), como os empregadores (-9,8%). Por sua vez, o crescimento homólogo dos trabalhadores por conta de outrem resultou do acréscimo dos contratados com termo (10,6%) e sem termo (0,9%), do trabalho a tempo completo (3,0%) e dos trabalhadores com o ensino secundário e pós-secundário (9,0%) e superior (8,5%) como habilitações.

Taxa de emprego (15 e mais anos) em Portugal e no Centro



População empregada no Centro por situação na profissão¹² (variação homóloga)



População empregada por conta de outrem no Centro
por contrato de trabalho
(variação homóloga)População empregada por conta de outrem no Centro
por nível de escolaridade mais elevado completo
(variação homóloga)¹³

Quadro 3 – Emprego		1T16	4T15	3T15	2T15	1T15	2015	2014	
		média trimestral							
Taxa de emprego (15 e mais anos)									
Portugal	%	50,9	51,5	51,6	51,7	50,5	51,3	50,7	
Centro	%	52,4	53,6	54,4	54,4	52,4	53,7	53,0	
	v. h. (p.p.)	0,0	1,0	0,4	1,0	0,2	0,7	-0,5	
População empregada – Centro		milhares	1 029,8	1 051,8	1 067,4	1 068,5	1 029,6	1 054,3	1 045,8
	v. h. (%)	0,0	1,7	0,3	1,5	-0,1	0,8	-1,3	
Homens	v. h. (%)	-0,4	3,3	-1,2	-0,8	0,0	0,3	-0,6	
Mulheres	v. h. (%)	0,5	-0,1	1,9	4,0	-0,3	1,4	-1,9	
15 - 24 anos	v. h. (%)	9,5	-7,8	-1,8	4,5	1,4	-1,1	0,6	
25 - 44 anos	v. h. (%)	1,8	2,2	1,8	0,8	-0,7	1,0	0,5	
45 anos ou mais	v. h. (%)	-2,5	2,2	-0,8	1,8	0,2	0,8	-3,1	
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	v. h. (%)	-11,8	-3,1	-11,7	-11,2	-8,3	-8,9	-16,6	
Indústria, construção, energia e água	v. h. (%)	-2,4	3,4	0,1	3,9	8,6	3,9	8,2	
Serviços	v. h. (%)	3,7	1,9	3,5	3,7	-2,1	1,8	-0,8	
Trabalhadores por conta de outrem		milhares	796,6	813,2	814,4	802,9	779,3	802,4	777,0
	v. h. (%)	2,2	3,3	3,4	3,5	3,0	3,3	4,0	
Contratos sem termo	v. h. (%)	0,9	4,4	4,5	4,7	3,7	4,4	2,5	
Contratos com termo	v. h. (%)	10,6	-0,1	0,9	5,7	-1,1	1,3	11,0	
Tempo completo	v. h. (%)	3,0	4,5	3,9	4,3	3,4	4,0	4,7	
Tempo parcial	v. h. (%)	-7,6	-11,3	-3,2	-6,2	-2,1	-5,7	-3,6	
Nenhum grau de escolaridade	v. h. (%)	§	§	§	§	§	-20,7	-7,9	
Básico	v. h. (%)	-6,0	-2,0	-1,9	-1,3	-0,1	-1,4	-0,8	
Secundário e pós-secundário	v. h. (%)	9,0	6,1	8,9	8,6	0,4	5,9	-0,9	
Superior	v. h. (%)	8,5	9,4	9,7	9,8	14,4	10,7	23,1	
Trabalhadores por conta própria		milhares	221,9	233,4	245,5	258,6	243,1	245,1	262,9
	v. h. (%)	-8,7	-3,9	-8,6	-5,0	-9,4	-6,8	-13,2	
Isolados	v. h. (%)	-8,4	-5,5	-9,3	-8,0	-10,0	-8,2	-13,4	
Empregadores	v. h. (%)	-9,8	2,4	-6,1	7,6	-7,4	-1,3	-12,5	

§: Desvio do padrão de qualidade/Coefficiente de variação elevado

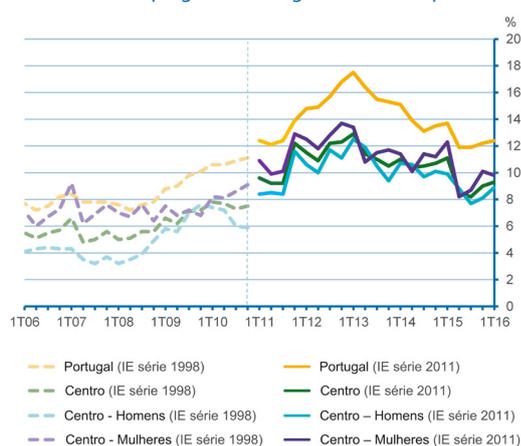
No primeiro trimestre de 2016, a taxa de desemprego¹⁴ regional foi de 9,3%, tendo diminuído 1,8 pontos percentuais face ao trimestre homólogo, mas aumentado 0,3 pontos percentuais relativamente ao trimestre anterior. Este valor manteve-se como o mais baixo das sete regiões portuguesas e inferior à média nacional de 12,4%. O escalão etário dos 15 aos 24 anos e as mulheres continuaram a ser os mais afetados pelo desemprego, com a taxa de desemprego jovem a atingir os 27,8% e taxa de desemprego feminina 9,8%.

¹³ Em alguns trimestres, no nível de escolaridade "Nenhum", não foi possível calcular as variações homólogas dado os valores absolutos não se encontrarem disponíveis por apresentarem desvio do padrão de qualidade/coeficientes de variação elevados.

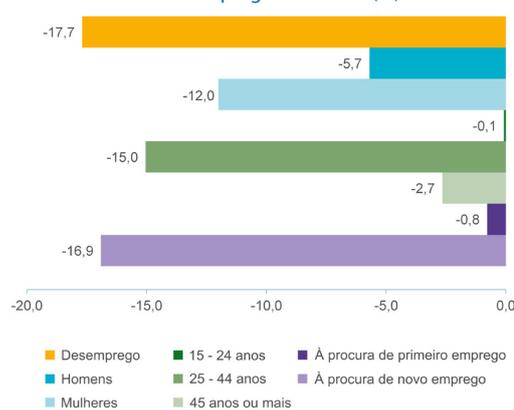
¹⁴ A taxa de desemprego é a relação entre a população desempregada e a população ativa.

Neste período, na região, encontravam-se desempregados 105,6 mil indivíduos, menos 17,7% face a igual período do ano anterior. Todas as categorias de desempregados analisadas registaram quebras homólogas neste trimestre, sendo de destacar a diminuição dos desempregados dos 25 aos 44 anos (-29,2%), dos desempregados de longa duração (-23,3%), das mulheres desempregadas (-22,3%) e dos desempregados à procura de novo emprego (-19,1%).

Taxa de desemprego em Portugal e no Centro por sexo



Contributos para a taxa de variação homóloga do desemprego no Centro (%)



Quadro 4 – Desemprego		1T16	4T15	3T15	2T15	1T15	2015	2014
		média trimestral						
Taxa de desemprego								
Portugal	%	12,4	12,2	11,9	11,9	13,7	12,4	13,9
Centro	%	9,3	9,0	8,2	8,5	11,1	9,2	10,6
	v. h. (p.p.)	-1,8	-1,7	-2,3	-1,9	0,1	-1,4	-0,8
Homens	%	8,9	8,1	7,7	8,8	9,9	8,7	10,3
Mulheres	%	9,8	10,1	8,7	8,2	12,3	9,8	11,0
15 - 24 anos	%	27,8	32,5	27,9	24,8	29,8	28,8	28,2
25 - 44 anos	%	8,9	8,0	7,9	8,6	12,4	9,2	12,0
45 anos ou mais	%	7,0	6,8	5,6	6,4	7,4	6,6	6,9
População desempregada – Centro	milhares	105,6	104,7	95,6	99,5	128,3	107,0	124,5
	v. h. (%)	-17,7	-15,2	-23,6	-18,3	0,5	-14,1	-14,4
Homens	v. h. (%)	-12,3	-18,9	-22,6	-19,0	-7,6	-17,0	-16,0
Mulheres	v. h. (%)	-22,3	-11,8	-24,6	-17,6	8,8	-11,1	-12,7
15 - 24 anos	v. h. (%)	-0,5	27,9	-6,5	-15,1	2,9	1,4	-14,4
25 - 44 anos	v. h. (%)	-29,2	-34,5	-38,6	-26,4	-0,8	-24,8	-9,3
45 anos ou mais	v. h. (%)	-8,3	-6,4	-6,7	-7,3	1,2	-4,7	-5,4
À procura do primeiro emprego	v. h. (%)	-6,9	29,7	-4,0	-5,5	-19,1	-0,6	3,7
À procura de novo emprego	v. h. (%)	-19,1	-21,7	-27,3	-20,2	3,7	-16,2	-10,8
Há menos de 12 meses	v. h. (%)	-8,2	-12,8	-15,6	-9,5	-13,7	-13,0	-18,7
Há 12 meses ou mais	v. h. (%)	-23,3	-16,8	-28,4	-23,0	11,5	-14,7	-1,8

O salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem da Região Centro fixou-se nos 796 euros, no trimestre em análise, o que corresponde a um aumento homólogo real de 4,0% (o maior aumento desde o início desta série em 2011). Apesar deste acréscimo ter sido superior ao do país (0,5%), o salário médio da região continua bastante abaixo da média nacional de 833 euros.

Já o índice de custo do trabalho¹⁵ diminuiu em termos homólogos reais, neste trimestre, na região (-0,9%) e no país (-1,7%) facto que não se verificava desde o quarto trimestre de 2014 e para o qual contribuíram tanto os custos salariais, como os outros custos de trabalho (onde se incluem, por exemplo, as contribuições dos empregadores para a Segurança Social e os seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais).

¹⁵ O índice de custo do trabalho definido pelo INE pretende medir a evolução dos custos do trabalho por hora efetivamente trabalhada (custo médio horário) suportados pela entidade empregadora. Estes custos compreendem, para além dos custos salariais (como salário base, subsídios e prémios, pagamento de horas extraordinárias, etc.), outros custos do trabalho a cargo da entidade patronal (como contribuições para a Segurança Social, seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais, indemnização por despedimento, entre outros).

Quadro 5 – Salários e Custos do Trabalho		1T16	4T15	3T15	2T15	1T15	2015	2014
		média trimestral						
Salário médio líquido mensal (trabalhadores por conta de outrem)								
Portugal	€	833	834	829	825	824	828	813
	v. h. real (%)	0,5	1,4	0,6	0,9	2,8	1,4	0,9
Centro	€	796	787	773	778	761	775	756
	v. h. real (%)	4,0	2,7	1,1	1,8	2,2	2,0	0,5
Índice de Custo do Trabalho*								
Portugal	v. h. real (%)	-1,7	1,7	1,6	1,5	4,4	2,3	-0,7
	v. h. real (%)	-0,9	3,2	3,7	2,5	6,1	3,8	-0,9

* (1) Valores corrigidos dos dias úteis (de modo a eliminar os efeitos decorrentes da existência de números de dias úteis diferentes em trimestres idênticos de anos diferentes (Páscoa e outros feriados móveis)). (2) De forma a estar em sintonia com as séries a divulgar pelo Eurostat, que mudou o ano de referência do Índice de Custo do Trabalho (ICT) de 2008 para 2012, os índices disponibilizados passaram a ter como ano de referência o ano de 2012. (3) Exclui a Administração Pública.

DESEMPREGO REGISTRADO

No primeiro trimestre de 2016, os desempregados inscritos nos centros de emprego da Região Centro continuaram a diminuir face ao trimestre homólogo, tal como os novos desempregados. Também as colocações do IEFP diminuíram ligeiramente em termos homólogos.

Neste trimestre, os desempregados inscritos nos centros de emprego do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) da Região Centro ascendiam a 101,8 mil, menos 4,6% face a igual período do ano anterior.

Para este desempenho contribuiu a diminuição homóloga dos novos desempregados inscritos nos centros de emprego da região (-6,5%), registando-se, em média, por dia, neste trimestre, 369 novos desempregados, menos 26 do que em igual período do ano anterior.

As colocações efetuadas pelo IEFP registaram, neste trimestre, uma ligeira contração homóloga (-0,7%), facto que já não sucedia desde o terceiro trimestre de 2012. Em média, ocorreram cerca de 113 colocações por dia, menos uma colocação diária do que em igual trimestre do ano anterior.

-4,6%

desempregados registados nos centros de emprego regionais do que no trimestre homólogo

113

colocações realizadas, em média, por dia, pelos centros de emprego regionais

Quadro 6 – Desemprego Registrado		1T16	4T15	3T15	2T15	1T15	2015	2014
		média trimestral						
Dados do IEFP – Centro								
Desemprego registado*	milhares	101,8	96,3	93,8	98,0	106,7	98,7	114,3
	v. h. (%)	-4,6	-9,6	-15,7	-13,6	-15,4	-13,7	-12,0
Novos desempregados**	milhares	33,2	36,9	38,1	31,4	35,5	35,5	35,5
	v. h. (%)	-6,5	-1,4	-0,8	5,3	-2,9	-0,2	-8,9
Colocações do IEFP**	milhares	10,1	8,9	11,3	10,6	10,2	10,3	9,1
	v. h. (%)	-0,7	0,9	14,6	18,9	14,6	12,4	22,8

* valores médios trimestrais

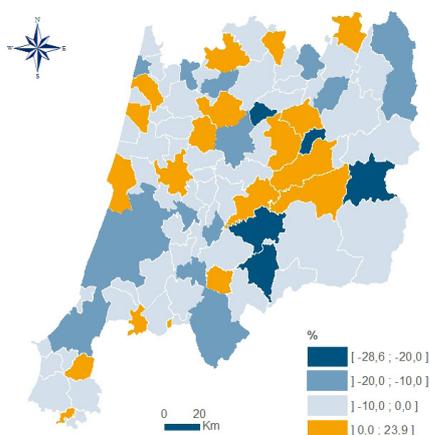
**soma dos valores dos meses que compõem o trimestre

Analisando a evolução homóloga, por municípios, dos desempregados registados nos centros de emprego da região, verifica-se que em 19 municípios o número de desempregados aumentou, destacando-se, com os maiores crescimentos homólogos, Meda (23,9%), Vila de Rei (22,0%) e Pampilhosa da Serra (18,8%). Nos restantes 81 municípios verificou-se uma diminuição dos desempregados face a igual período do ano anterior. De destacar, pelas expressivas reduções homólogas ocorridas, Oleiros (-28,6%), Manteigas (-23,4%), Proença-a-Nova (-22,2%), Nelas (-21,0%) e Penamacor (-20,2%).

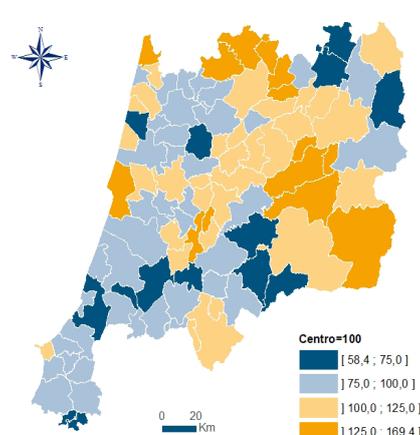
¹⁶ O índice de disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional é um indicador que pretende traduzir a dispersão do desemprego registado no IEFP na população potencialmente ativa em cada município em relação ao valor desse indicador na Região Centro. Este índice é obtido da seguinte forma: $[(\text{desemprego registado}) / (\text{população média residente 15-64 anos})] / [(\text{desemprego registado})_{RC} / (\text{população média residente 15-64 anos})_{RC}] * 100$, sendo i determinado município e RC a Região Centro. Para o cálculo do índice foi utilizada a população média residente do escalão etário 15-64 anos relativa ao ano de 2013.

Relativamente ao peso dos desempregados registados nos centros de emprego no total da população potencialmente ativa (15-64 anos), verificou-se que, neste trimestre, 55 municípios apresentavam uma situação mais favorável que a média regional, ou seja índices de disparidade¹⁶ inferiores a 100. Os municípios mais bem posicionados eram Meda (63,9), Almeida (62,6) e Ferreira do Zêzere (58,4). Com índices bastante superiores à média regional (acima de 150), destacavam-se Castanheira de Pera (169,5), Vila Nova de Paiva (154,9), Idanha-a-Nova (154,1), Figueiró dos Vinhos (153,9) e Belmonte (150,4).

Variação homóloga do desemprego registado no primeiro trimestre de 2016



Disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional no primeiro trimestre de 2016¹⁶



EMPRESAS

21

empresas constituídas por dia, em média, na região

13,2%

é o peso do crédito vencido das empresas da região

No primeiro trimestre de 2016, assistiu-se na Região Centro, face a igual período do ano anterior, à diminuição das empresas constituídas e dos empréstimos concedidos pelo setor financeiro e ao aumento das ações de insolvência. O crédito vencido também aumentou, atingindo novo máximo histórico.

Neste trimestre, foram constituídas 1.918 empresas na Região Centro, correspondendo a uma variação homóloga de -10,1%, mais expressiva do que a média nacional de -6,2%. Em termos médios, foram criadas 21 novas empresas por dia na região, menos duas empresas criadas por dia do que em igual período do ano anterior.

As ações de insolvência¹⁷ aumentaram em termos homólogos: 7,7% na região e 2,2% no país. Em média, neste trimestre, ocorreram 25 ações de insolvência por dia em Portugal, das quais 5 eram de empresas com sede na Região Centro.

Os empréstimos concedidos a sociedades não financeiras mantiveram a tendência de diminuição homóloga real trimestral verificada nos últimos anos, tendo a evolução regional sido de -2,3%, valor superior à média nacional de -4,7%.

O incumprimento das empresas, medido pela importância do crédito vencido no total do crédito concedido às sociedades não financeiras, continuou a aumentar neste trimestre, tendo assumido novos máximos históricos na região, onde alcançou os 13,2%, como no país, onde atingiu os 16,4%.

¹⁷ A IGNIOS – Gestão Integrada de Risco, S.A. disponibiliza informação das ações de insolvência publicadas de acordo com a seguinte classificação: Declarada a Insolvência, Declarada a Insolvência – Apresentada, Declarada a Insolvência – Requerida e Em Plano de Insolvência. O total de ações de insolvência inclui estas quatro classificações.

Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras
(variação homóloga real)Crédito vencido das sociedades não financeiras
no total do crédito concedido

Quadro 7 – Empresas		1T16	4T15	3T15	2T15	1T15	2015	2014
		média trimestral						
Empresas constituídas								
Portugal	número	10 954	8 353	8 026	9 441	11 672	9 373	8 772
	v. h. (%)	-6,2	-4,0	4,3	13,0	12,9	6,9	1,4
Centro	número	1 918	1 345	1 431	1 646	2 134	1 639	1 480
	v. h. (%)	-10,1	-5,0	13,0	15,7	17,5	10,7	-2,8
Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras								
Portugal	milhões €	82 805	83 490	84 640	86 051	86 380	85 140	88 312
	v. h. real (%)	-4,7	-3,8	-4,0	-3,8	-4,7	-4,1	-7,0
Centro	milhões €	14 755	14 729	14 972	15 051	15 027	14 945	15 046
	v. h. real (%)	-2,3	-1,4	-0,4	-1,7	-1,1	-1,2	-3,8
Crédito vencido (em percentagem do crédito concedido)								
Portugal	%	16,4	15,8	16,3	16,0	15,6	15,9	14,6
Centro	%	13,2	12,6	12,6	12,6	12,8	12,7	12,2
Ações de insolvência								
Portugal	número	2 215	1 911	1 548	2 144	2 168	1 943	1 804
	v. h. (%)	2,2	6,6	67,2	-2,8	-5,4	7,7	-19,6
Centro	número	449	379	336	428	417	390	352
	v. h. (%)	7,7	14,8	95,3	-6,8	-6,3	11,0	-24,5

COMÉRCIO INTERNACIONAL DE BENS

No primeiro trimestre de 2016, na Região Centro, registaram-se aumentos homólogos reais nas saídas e nas entradas de bens, ambos acima da média nacional. O crescimento das entradas foi o mais expressivo, sobretudo da componente extracomunitária.

As saídas de bens da Região Centro registaram, neste trimestre, um crescimento homólogo real¹⁸ de 4,6%, valor acima da média nacional de 1,5%. Para esta evolução apenas contribuiu o mercado intracomunitário, que cresceu 7,5%, tendo as saídas de bens para países fora da União Europeia evidenciado uma contração de 6,2% em termos homólogos reais.

Considerando as saídas de bens da região por grupos de produtos, dados pelas doze secções da Nomenclatura Combinada com maior importância nas transações internacionais¹⁹ da Região Centro, verificaram-se aumentos homólogos reais em nove, com destaque para as secções “plástico e suas obras; borracha e suas obras” (17,6%) e “material de transporte” (11%), que evidenciaram os aumentos mais significativos e representavam, no seu conjunto, cerca de 24% das saídas de bens da região no trimestre. As secções “metais comuns e suas obras” (-11,5%), “produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas” (-9,6%) e

4,6%

foi o crescimento homólogo real das saídas de bens da região e

26,6%

o das entradas extracomunitárias de bens

¹⁸ As taxas de variação real das variáveis presentes neste capítulo foram calculadas, na região e em Portugal, com base nos deflatores de Contas Nacionais específicos desses fluxos (atualizados para a base 2011).

¹⁹ Das 21 secções da Nomenclatura Combinada foram escolhidas as que tinham uma importância superior a 3% no total das transações internacionais (entradas e saídas) da Região Centro, no ano de 2013. Estas secções encontram-se enumeradas nas fontes de informação.

“produtos do reino vegetal” (-2,3%), responsáveis por cerca de 18% das saídas da região no trimestre, foram as únicas a registar diminuições homólogas reais.

À semelhança das saídas, também nas entradas de bens na Região Centro ocorreu um crescimento homólogo real, que se cifrou nos 8,4% e superou a média nacional (6,7%). Ambos os mercados intra e extracomunitários contribuíram para esta evolução na região, tendo, no entanto, o crescimento das entradas oriundas do mercado extracomunitário sido bastante mais expressivo (26,6% contra 4,8%).

Em termos das entradas de bens por grupos de produtos com maior importância nas transações internacionais da região, verificaram-se variações homólogas reais positivas nas 12 secções consideradas, com destaque para os grupos “plástico e suas obras; borracha e suas obras” (25,0%) e “madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria” (22,2%), com crescimentos acima dos 20% e responsáveis por 17% das entradas na região no trimestre em questão.

Quadro 8 – Comércio Internacional de Bens*		1T16	4T15	3T15	2T15	1T15	2015	2014
		média trimestral						
Saídas de bens								
Portugal	milhões €	11 928,7	12 482,7	12 155,4	13 064,2	12 168,0	12 467,6	12 013,4
	v. h. real (%)	1,5	2,7	5,3	8,9	7,2	6,0	3,1
Intracomunitárias	milhões €	9 242,4	9 120,3	8 761,6	9 478,1	8 933,4	9 073,3	8 511,2
	v. h. real (%)	7,1	8,5	8,2	10,2	8,5	8,9	3,8
Extracomunitárias	milhões €	2 686,4	3 362,5	3 393,9	3 586,1	3 234,6	3 394,3	3 502,2
	v. h. real (%)	-14,0	-10,2	-1,6	5,5	3,5	-1,0	1,3
Centro	milhões €	2 422,1	2 437,0	2 299,4	2 511,6	2 397,4	2 411,4	2 313,0
	v. h. real (%)	4,6	5,1	6,3	7,2	7,4	6,5	5,4
Intracomunitárias	milhões €	1 960,7	1 868,4	1 774,0	1 967,0	1 888,4	1 874,4	1 757,1
	v. h. real (%)	7,5	8,6	9,0	8,8	9,5	9,0	6,4
Extracomunitárias	milhões €	461,4	568,6	525,4	544,6	509,1	536,9	555,9
	v. h. real (%)	-6,2	-5,0	-1,7	1,7	0,2	-1,3	2,1
Entradas de bens								
Portugal	milhões €	14 352,5	15 180,9	14 839,0	16 006,0	14 215,8	15 060,4	14 758,0
	v. h. real (%)	6,7	5,4	6,0	13,2	5,1	7,4	6,4
Intracomunitárias	milhões €	11 216,1	11 803,0	11 206,1	12 007,0	11 066,9	11 520,8	11 035,7
	v. h. real (%)	7,1	7,6	9,1	14,2	8,7	9,9	10,5
Extracomunitárias	milhões €	3 136,4	3 377,9	3 632,9	3 999,0	3 148,9	3 539,7	3 722,4
	v. h. real (%)	5,3	-1,8	-2,7	10,2	-5,8	0,1	-4,1
Centro	milhões €	1 919,5	1 933,9	1 857,7	2 059,5	1 871,6	1 930,7	1 847,7
	v. h. real (%)	8,4	10,1	10,7	13,7	5,3	10,0	6,0
Intracomunitárias	milhões €	1 548,7	1 606,7	1 532,9	1 724,6	1 561,9	1 606,5	1 561,1
	v. h. real (%)	4,8	6,3	9,7	12,3	4,9	8,3	4,3
Extracomunitárias	milhões €	370,8	327,2	324,8	334,9	309,7	324,1	286,6
	v. h. real (%)	26,6	33,4	16,0	21,5	7,5	19,0	16,2

*Os valores de 2014 são definitivos e os de 2015 e 2016 são preliminares sendo revistos trimestralmente.

Os dados do comércio internacional foram deflacionados com informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2011. A distribuição regional do comércio internacional tem por base a sede dos operadores (e não a região onde a transação dos bens ocorreu).

TURISMO

12,2%

foi o crescimento homólogo dos hóspedes e das dormidas na região

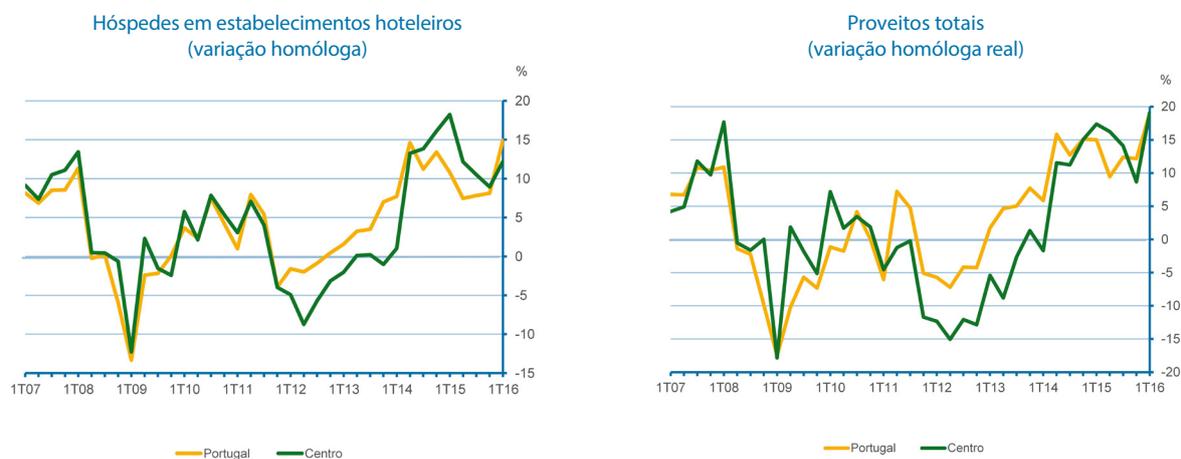
A Região Centro conseguiu captar, no primeiro trimestre de 2016, mais hóspedes, mais dormidas e gerar mais proveitos face a igual período do ano anterior.

19,1%

foi o crescimento real dos proveitos dos estabelecimentos hoteleiros face a igual período do ano anterior

Neste trimestre, os estabelecimentos hoteleiros da região acolheram mais 12,2% de hóspedes do que em igual período do ano anterior, tendo este aumento ficado abaixo da média nacional (14,9%). Face ao período homólogo, registaram-se igualmente mais dormidas (12,2%), mas também abaixo da média do país (16%). A estada média manteve-se, no entanto, inalterada face a igual período do ano anterior: 1,6 noites na Região Centro e 2,6 noites em termos nacionais.

Os estabelecimentos hoteleiros da região também geraram mais proveitos, tendo ocorrido um aumento homólogo real de 19,1%, ligeiramente abaixo do valor do país de 19,0%. Determinante para esta evolução regional foi o acréscimo homólogo real dos proveitos de aposento (em 19,1%), que representavam, neste trimestre, 66% dos proveitos totais.



Quadro 9 – Turismo*		1T16	4T15	3T15	2T15	1T15	2015	2014
		média trimestral						
Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros								
Portugal	milhares	3 214	3 610	6 087	4 937	2 797	4 358	4 026
	v. h. (%)	14,9	8,1	7,8	7,5	10,8	8,3	12,0
Centro	milhares	481	553	912	707	429	650	581
	v. h. (%)	12,2	8,9	10,5	12,2	18,2	11,8	11,9
Dormidas em estabelecimentos hoteleiros								
Portugal	milhares	8 343	9 250	18 876	13 587	7 192	12 226	11 530
	v. h. (%)	16,0	6,8	4,7	4,8	11,2	6,0	11,0
Centro	milhares	776	902	1 754	1 189	692	1 134	1 036
	v. h. (%)	12,2	6,4	7,1	10,6	18,6	9,5	10,9
Estada média nos estabelecimentos hoteleiros								
Portugal	n.º noites	2,6	2,6	3,1	2,8	2,6	2,8	2,9
Centro	n.º noites	1,6	1,6	1,9	1,7	1,6	1,7	1,8
Proveitos totais dos estabelecimentos hoteleiros								
Portugal	milhares €	394 265	469 491	1 009 376	670 323	329 461	619 663	550 527
	v. h. real (%)	19,0	12,2	12,4	9,5	15,0	12,0	13,0
Centro	milhares €	35 406	42 512	78 697	51 930	29 568	50 677	44 228
	v. h. real (%)	19,1	8,7	14,1	16,2	17,4	14,0	10,0

* Desde a edição n.º 15 deste boletim, os dados absolutos reportam-se à soma dos valores mensais em cada trimestre. Os valores de 2014 e de 2015 são provisórios. Os valores de 2016 são provisórios exceto os dados dos dois meses mais recentes que correspondem a dados preliminares.

CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

No primeiro trimestre de 2016, o setor da construção manteve-se em recessão, tendo-se observado, à semelhança dos trimestres anteriores, a deterioração de quase todos os indicadores analisados. Apenas os novos fogos licenciados para habitação familiar e a avaliação bancária da habitação registaram evoluções favoráveis.

Neste trimestre, foram licenciados, na região, 1.121 edifícios, representando uma contração de 5,7% face ao trimestre homólogo, igualmente verificada a nível nacional mas de forma mais expressiva (-6,7%). O licenciamento de construções novas na região também caiu (-4,4%), enquanto os novos fogos para habitação familiar licenciados aumentaram 11,8% face ao período homólogo.

11,8%

foi o crescimento homólogo dos novos fogos licenciados na região para habitação familiar

-3,1%

foi a evolução homóloga regional do crédito à habitação concedido

Os edifícios concluídos voltaram a diminuir significativamente na região (-29,8% face a igual período do ano anterior), tendo sido concluídos, neste trimestre, 793 edifícios, novo mínimo da série. Para esta retração, também registada a nível nacional, contribuiu a queda na conclusão de construções novas (-25,2%). Também os novos fogos concluídos para habitação familiar diminuíram face a igual período do ano anterior (-11,0%).

Os empréstimos concedidos para habitação tornaram, neste trimestre, a assumir novos mínimos históricos, tendo diminuído em termos homólogos reais 3,1% na região e 3,2% no país. O crédito à habitação vencido voltou a aumentar (3,7% no país e 4,7% na região, em termos homólogos reais), permanecendo o peso do crédito vencido no crédito à habitação concedido nos valores máximos desde o início da compilação da série em 2009: 2,7% na região e 3,0% no país.

Na Região Centro, neste trimestre, a avaliação bancária da habitação aumentou ligeiramente (0,4% em termos homólogos reais), tendo cada metro quadrado destinado a habitação na região sido avaliado pelas entidades bancárias em 854 euros. Apenas na Beira Baixa e na Região de Aveiro o valor médio da avaliação bancária diminuiu em termos homólogos reais. Das restantes seis sub-regiões, três conheceram aumentos muito ténues, registando-se na Região de Leiria (2,4%), nas Beiras e Serra da Estrela (1,8%) e no Oeste (1,3%) os valores mais expressivos.

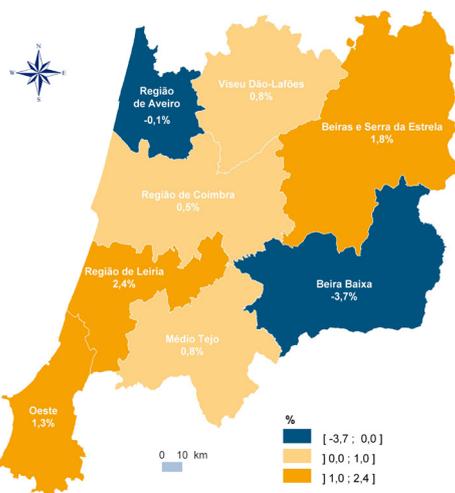
Considerando as diferentes tipologias de habitação, verificaram-se ligeiras variações no valor médio da avaliação bancária: a avaliação dos apartamentos aumentou 0,7% em termos homólogos reais, enquanto a das moradias diminuiu 0,1%. A Região de Coimbra manteve-se como a sub-região com a avaliação bancária da habitação mais elevada (958€/m²) e onde os apartamentos eram mais valorizados (1.049€/m²). O Oeste apresentava a valorização mais elevada nas moradias (910€/m²), enquanto a menos elevada ocorria na Beira Baixa (685€/m²). Esta sub-região era também a menos valorizada em termos médios globais.

Quadro 10 – Construção e Habitação		1T16	4T15	3T15	2T15	1T15	2015	2014	
		média trimestral							
Edifícios licenciados									
Portugal	número	3 688	3 747	3 528	3 719	3 954	3 737	3 865	
	v. h. (%)	-6,7	-1,1	-6,0	-6,7	0,6	-3,3	-5,2	
Centro	número	1 121	1 175	1 117	1 158	1 189	1 160	1 316	
	v. h. (%)	-5,7	-5,5	-13,2	-13,7	-14,6	-11,9	-8,6	
Construções novas	número	740	743	732	765	774	754	776	
	v. h. (%)	-4,4	-5,9	-2,7	-1,8	-1,0	-2,9	-3,7	
Novos fogos para habitação familiar	v. h. (%)	11,8	21,0	7,1	1,8	16,6	11,5	-1,3	
Edifícios concluídos*									
Portugal	número	2 491	2 623	2 791	2 878	3 192	2 871	3 712	
	v. h. (%)	-22,0	-24,4	-24,8	-22,8	-18,9	-22,6	-31,1	
Centro	número	793	876	904	982	1 129	973	1 289	
	v. h. (%)	-29,8	-28,3	-30,8	-24,5	-14,9	-24,5	-27,5	
Construções novas	número	536	572	574	608	717	618	824	
	v. h. (%)	-25,2	-24,6	-29,9	-27,0	-18,9	-25,0	-31,9	
Novos fogos para habitação familiar	v. h. (%)	-11,0	-29,3	-38,2	-34,1	-33,8	-34,1	-40,0	
Empréstimos concedidos para habitação									
Portugal	v. h. real (%)	-3,2	-3,6	-4,0	-4,2	-3,5	-3,8	-3,2	
Centro	v. h. real (%)	-3,1	-3,4	-3,8	-4,0	-3,4	-3,6	-3,2	
Crédito à habitação vencido**									
Portugal	v. h. real (%)	3,7	3,3	-0,6	2,9	3,9	2,4	11,1	
Centro	v. h. real (%)	4,7	8,7	0,0	4,0	5,1	4,4	9,4	
Avaliação bancária da habitação									
Portugal	€/m ²	1 048,0	1 044,7	1 038,0	1 024,0	1 010,7	1 029,3	1 008,3	
	v. h. real (%)	3,1	3,0	0,3	2,0	1,0	1,6	0,5	
Centro	€/m ²	854,0	854,3	850,3	852,7	846,3	850,9	841,1	
	v. h. real (%)	0,4	0,1	-0,7	2,0	1,3	0,7	0,4	

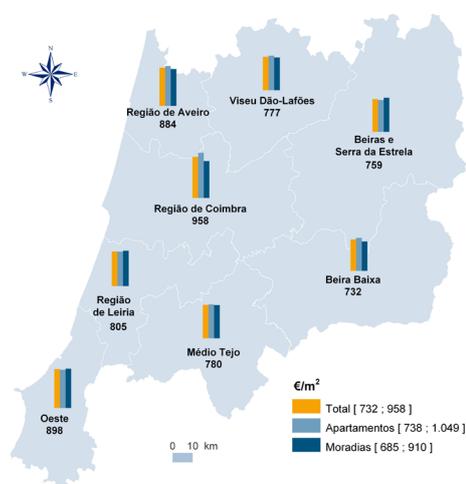
* Os valores de 2014 e 2015 foram revistos. Os valores de 2016 são dados provisórios estimados.

** Trata-se de créditos concedidos ao setor institucional das famílias que inclui empresários em nome individual e outras pessoas singulares.

Taxa de variação homóloga real da avaliação bancária da habitação no primeiro trimestre de 2016



Avaliação bancária da habitação no primeiro trimestre de 2016



PREÇOS E CONSUMO PRIVADO

O Índice de Preços no Consumidor aumentou face ao trimestre homólogo, na região e no país, mantendo-se a tendência iniciada no segundo trimestre do ano. Vários indicadores representativos do consumo privado continuaram a apontar no sentido da recuperação.

0,4%

foi a taxa de inflação homóloga regional

Os níveis médios de preços na região e no país, avaliados pelo Índice de Preços no Consumidor, registaram, neste trimestre, um aumento de 0,4% e 0,5%, respetivamente, face ao período homólogo, mantendo-se a tendência de aumento iniciada no segundo trimestre de 2015 e que veio interromper a série de diminuições homólogas consecutivas que já se registavam desde o quarto trimestre de 2013. Na região, a maioria das classes de despesa acompanhou esta tendência de crescimento dos preços, destacando-se com os maiores aumentos as “comunicações” (4,5%), as “bebidas alcoólicas e tabaco” (3,8%) e o “lazer, recreação e cultura” (1,9%). Apenas quatro classes de despesa registaram variações negativas face a igual período do ano anterior, ainda que pouco expressivas: “transportes” (-1,4%), “vestuário e calçado” (-0,6%), “produtos alimentares e bebidas não alcoólicas” (-0,5%) e “saúde” (-0,3%).

19,9%

foi o crescimento homólogo real das receitas de cinema

Quadro 11 – Preços		1T16	4T15	3T15	2T15	1T15	2015	2014
		média trimestral						
Índice de Preços no Consumidor – IPC								
Portugal	v. h. (%)	0,5	0,6	0,8	0,7	-0,1	0,5	-0,3
Centro	v. h. (%)	0,4	0,4	0,6	0,5	-0,2	0,3	-0,3
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	v. h. (%)	-0,5	0,5	2,0	1,9	0,5	1,2	-1,2
Bebidas alcoólicas e tabaco	v. h. (%)	3,8	3,9	4,3	4,6	3,0	4,0	3,0
Vestuário e calçado	v. h. (%)	-0,6	-2,5	-2,0	-2,0	0,0	-1,6	0,1
Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis	v. h. (%)	0,2	-0,7	-0,8	0,1	-0,5	-0,5	1,2
Acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	v. h. (%)	1,0	0,2	0,9	0,7	1,0	0,7	-0,2
Saúde	v. h. (%)	-0,3	0,1	0,4	0,5	0,5	0,4	0,8
Transportes	v. h. (%)	-1,4	-0,6	-2,0	-0,9	-3,2	-1,7	-1,6
Comunicações	v. h. (%)	4,5	4,8	4,9	3,9	2,4	4,0	1,1
Lazer, recreação e cultura	v. h. (%)	1,9	0,6	-0,3	-1,3	-1,8	-0,7	-1,5
Educação	v. h. (%)	0,4	0,4	0,8	0,7	0,7	0,7	0,8
Restaurantes e hotéis	v. h. (%)	0,5	1,0	1,7	0,9	0,9	1,1	0,3
Bens e serviços diversos	v. h. (%)	1,6	2,1	1,0	0,2	-0,5	0,7	-0,5

Quanto aos indicadores que pretendem aferir o consumo privado assistiu-se, na região e no país, ao aumento homólogo das importações de bens de consumo, das receitas de cinema, dos levantamentos e pagamentos em caixas multibanco e das compras em terminais de pagamento automático, apontando estas evoluções para uma recuperação do consumo privado.

Já o peso do crédito para consumo vencido que, neste trimestre se cifrou nos 13,0%, aumentou face ao trimestre anterior, tendo-se mantido abaixo do valor homólogo (13,3%) e da média nacional (14,2%). Como já vem sendo habitual, os empréstimos concedidos para consumo e outros fins registaram uma variação homóloga real de -0,9%, acompanhando a tendência nacional e a tendência dos trimestres anteriores.

Quadro 12 – Consumo Privado		1T16	4T15	3T15	2T15	1T15	2015	2014
		média trimestral						
Entradas intracomunitárias de bens de consumo [*]								
Portugal	v. h. real (%)	9,6	9,3	12,6	17,3	13,2	13,0	7,7
Centro	v. h. real (%)	7,5	5,4	16,3	14,5	5,4	10,3	-15,5
Receitas de cinema ^{**}								
Portugal	v. h. real (%)	18,5	6,6	32,7	16,6	21,1	19,0	-4,0
Centro	v. h. real (%)	19,9	7,8	46,5	22,9	31,4	26,4	-3,9
Empréstimos concedidos para consumo e outros fins ^{***}								
Portugal	v. h. real (%)	-1,7	-1,2	-2,7	-3,4	-3,4	-4,9	-8,6
Centro	v. h. real (%)	-0,9	-0,8	-2,5	-3,5	-3,3	-4,7	-8,8
Crédito vencido para consumo e outros fins ^{***} (em percentagem do crédito concedido)								
Portugal	%	14,2	14,1	14,8	14,9	14,7	14,6	14,0
Centro	%	13,0	12,9	13,3	13,4	13,3	13,2	13,3
Levantamentos em caixas automáticos								
Portugal	v. h. real (%)	1,5	0,5	0,0	0,7	1,6	0,7	1,4
Centro	v. h. real (%)	1,6	0,8	0,2	0,7	1,6	0,8	1,0
Pagamentos em caixas automáticos								
Portugal	v. h. real (%)	0,3	3,1	2,6	2,5	6,6	3,6	3,9
Centro	v. h. real (%)	0,9	2,9	2,7	2,0	5,5	3,2	3,6
Compras em terminais de pagamento automático								
Portugal	v. h. real (%)	7,3	3,3	7,4	8,0	9,3	6,9	7,2
Centro	v. h. real (%)	7,2	2,2	5,9	6,6	7,1	5,3	6,5

^{*} A distribuição regional das importações intracomunitárias tem por base o critério de destino das mercadorias. Os valores de 2014 são definitivos e os de 2014 e 2015 são preliminares sendo revistos trimestralmente. Estes dados foram deflacionados com informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2011.

^{**} Os dados de 2015 e de 2016 das receitas de cinema são provisórios.

^{***} Créditos concedidos ao setor institucional das famílias que inclui empresários em nome individual e outras pessoas singulares. Excluem-se os empréstimos destinados à habitação.

POLÍTICAS PÚBLICAS NO CENTRO

Foram já aprovadas no Centro 2020, o novo Programa Operacional Regional para o período 2014-2020, um total de 1.229 operações envolvendo 164 milhões de euros de FEDER. Para além deste volume de aprovações do programa regional, nos quatro Programas Operacionais Temáticos foram aprovados mais de 500 milhões de euros de fundos comunitários referentes a projetos na Região Centro.

1.229

operações aprovadas e

164

*milhões de euros de FEDER
aprovados no Centro 2020 no
final de março de 2016*

Portugal apresenta uma grande disparidade regional, em termos de desenvolvimento económico e social. Tomando como referência o PIB per capita em relação à média da União Europeia, as regiões portuguesas NUTS II encontram-se distribuídas, em termos de elegibilidade para os cinco fundos europeus estruturais e de investimento (FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP), em regiões menos desenvolvidas quando esse valor é inferior a 75% da média da União Europeia (Norte, Centro, Alentejo e Açores); região em transição (Algarve) e regiões desenvolvidas (Lisboa e Madeira).

O Portugal 2020 consiste no acordo de parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia, que reúne a atuação dos cinco fundos e no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020. Estes princípios de programação estão alinhados com o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, prosseguindo a estratégia Europa 2020. O Portugal 2020 será operacionalizado através de 16 Programas Operacionais a que acrescem, tal como no período anterior, os programas de cooperação territorial nos quais Portugal participará a par com outros estados membros: os quatro Programas Operacionais Temáticos do Continente (competitividade e internacionalização; inclusão social e emprego; capital humano e sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos); os sete Programas Operacionais Regionais do Continente e das Regiões Autónomas (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira), três Programas de Desenvolvimento Rural (um para o Continente e dois para as regiões autónomas), um Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas e ainda um Programa Operacional de Assistência Técnica.

A dotação do Portugal 2020 para o período de programação 2014-2020 é 25 mil milhões de euros para estimular o crescimento e a criação de emprego. Esta dotação corresponde ao conjunto dos fundos que serão atribuídos no âmbito dos 16 Programas Operacionais (temáticos e regionais). No caso dos beneficiários da Região Centro, estes poderão beneficiar da dotação global do Programa Operacional Regional Centro 2020 (2.155 milhões de euros, repartidos em 1.751,5 milhões de euros de FEDER e 403,5 milhões de euros de FSE) e ainda de concursos abertos no âmbito destes Programas Operacionais Temáticos.

Os primeiros concursos do Portugal 2020 abriram ainda em 2014, mais concretamente em novembro e foram relativos às estratégias integradas de desenvolvimento territorial (EIDT) e às estratégias de desenvolvimento local de base comunitária (DLBC). Entretanto, nos concursos abertos foi dada prioridade aos apoios às empresas dada a situação económica do país, nomeadamente em termos de apoio ao investimento produtivo gerador de emprego.

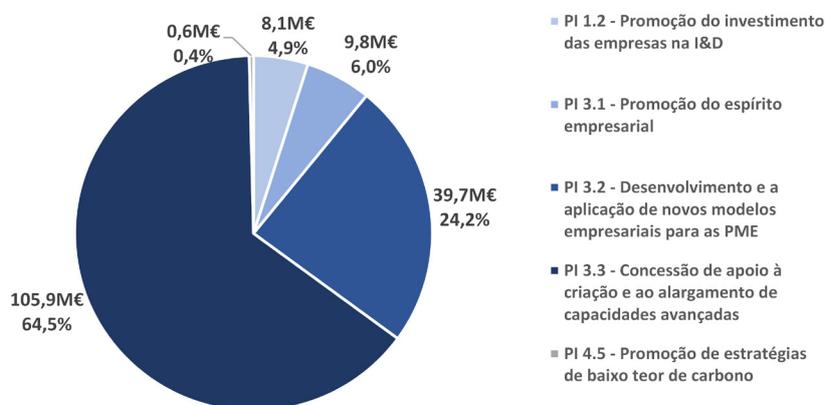
No Centro 2020, até ao final de março de 2016, houve uma procura significativa, tendo sido aprovados, até à data, 1.229 projetos, prevendo um investimento total de 364,5 milhões de euros e uma comparticipação financeira de 164,1 milhões de euros de fundos comunitários FEDER (já que ainda não foram abertos concursos que envolvam FSE). Em termos médios, cada projeto aprovado no programa operacional regional envolve um investimento médio de 297 mil euros.

Tal como já foi referido, o volume de investimento submetido a concurso está muito relacionado com o apoio ao investimento empresarial, no domínio da competitividade e internacionalização. Para além das candidaturas aprovadas neste âmbito (1.222), apenas estão aprovadas mais sete operações da prioridade de investimento (PI) 4.5 referentes aos Planos de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável das CIM (um plano de ação por cada CIM, com exceção da Região de Aveiro que já tinha o seu plano aprovado anteriormente), a que está associado um montante de fundo comunitário de 623,7 mil euros. Os restantes 163,5 milhões de euros foram então destinados a projetos de empresas nas áreas da I&DT, da inovação e da qualificação e internacionalização (respeitantes às PI 1.2, 3.1, 3.2 e 3.3).

Quadro 13 - Monitorização do Centro 2020: Aprovações (valores acumulados)

Operações aprovadas		março 2016	dezembro 2015	setembro 2015
Total	número	1 229	936	499
Investimento total	milhões €	364,5	292,6	169,0
Investimento elegível	milhões €	289,3	234,9	117,7
Fundo comunitário	milhões €	164,1	138,0	71,2

Fundo comunitário atribuído às operações aprovadas no âmbito do Centro 2020, por Prioridade de Investimento (31 de março de 2016)



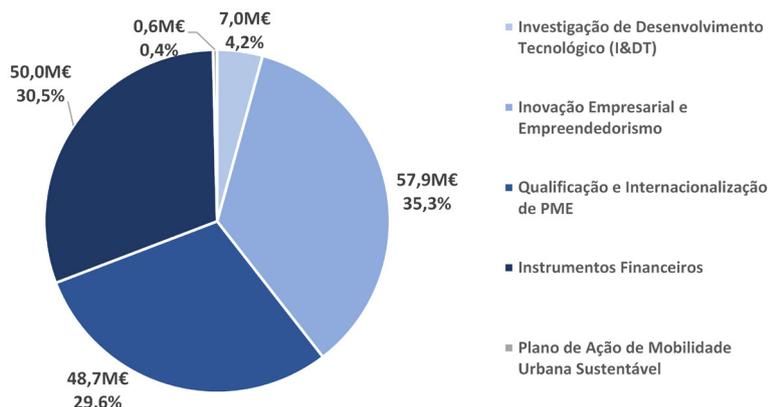
Cerca de dois terços do valor de fundo comunitário FEDER aprovado no Centro 2020 respeita à PI 3.3 destinada à concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços. É, no entanto, de referir que uma parte importante do valor de incentivo aprovado nesta PI (50 milhões de euros) está afeto a Instrumentos Financeiros, correspondendo ao valor contratualizado, até esta data, entre o Centro 2020 e a Instituição Financeira de Desenvolvimento, S.A. (IFD). A IFD foi criada para a gestão de instrumentos financeiros dirigidos ao apoio à economia e ao estímulo e orientação do investimento empresarial e à criação de emprego, assumindo-se essencialmente como operador grossista.

Se a análise se centrar nas tipologias de investimento, verifica-se que o maior volume de aprovações respeita a projetos de inovação empresarial e empreendedorismo.

Quadro 14 - Aprovações no Centro 2020 por Prioridade de Investimento, Tipologia de investimento e Tipologia de projeto/operação (31 de março de 2016)

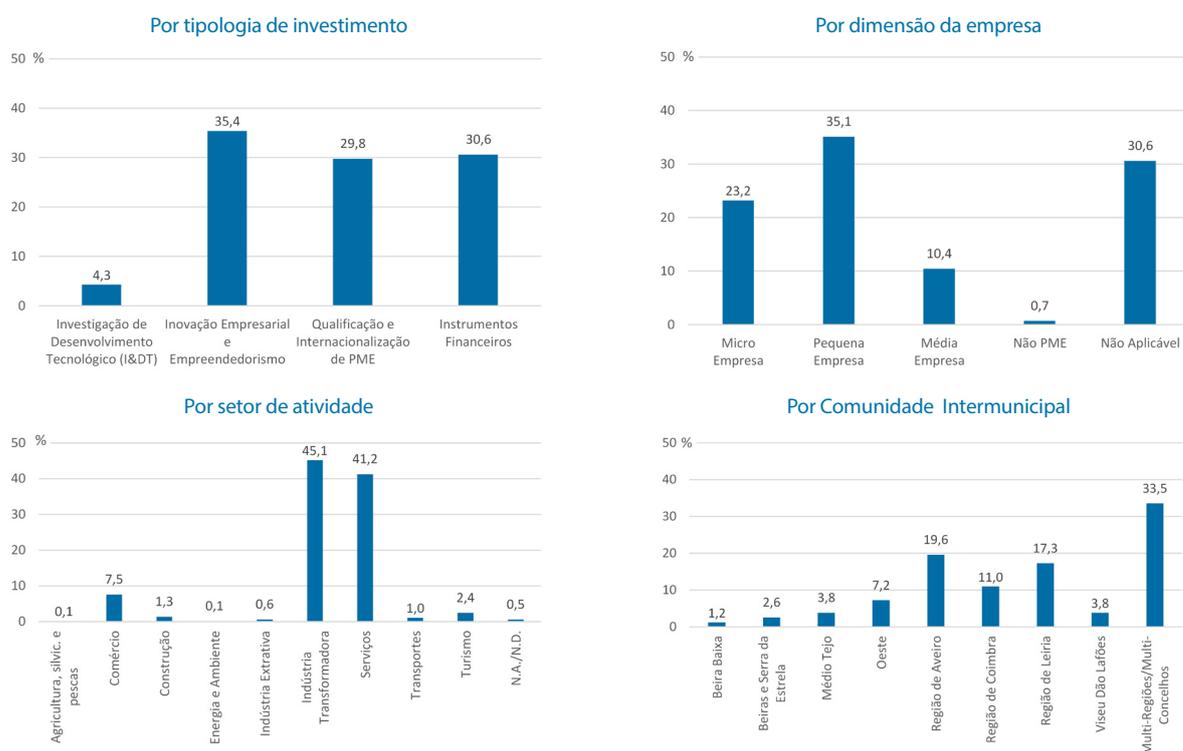
Prioridade de investimento	Tipologia de investimento	Tipologia de projeto/operação	Operações	Investimento total	Investimento elegível	Apoio aprovado
			N.º	Milhares de euros		
PI 1.2 - Promoção do investimento das empresas na I&D, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de investigação e desenvolvimento e o setor do ensino superior	Investigação de Desenvolvimento Tecnológico (I&DT)	I&DT - Copromoção	10	6 219,3	6 120,3	4 321,0
		I&DT - Vale I&D	69	1 333,2	1 333,2	999,9
		I&DT - Demonstradores Copromoção	1	1 936	1 920	1 295
		I&DT - Demonstradores Individuais	1	543,3	543,3	351,8
	Inovação Empresarial e Empreendedorismo	Inovação - Produtiva não PME	1	2 157,5	2 027,5	1 115,1
PI 3.1 - Promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, inclusive através de incubadoras de empresas	Inovação Empresarial e Empreendedorismo	Inovação - Empreendedorismo	8	11 153,5	9 151,6	6 807,9
		Inovação - Vale Empreendedorismo	221	3 991,1	3 991,1	2 993,3
PI 3.2 - Desenvolvimento e a aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização	Qualificação e Internacionalização de PME	QI PME - Internacionalização	266	127 986,8	83 482,5	37 619,0
		QI PME - Conjuntos Internacionalização	0	0	0	0
		QI PME - Vale Internacionalização	143	2 753,9	2 753,9	2 065,5
PI 3.3 - Concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços	Instrumentos Financeiros	IF - Instrumentos Financeiros	-	88 571,4	88 571,4	50 000,0
	Inovação Empresarial e Empreendedorismo	Inovação - Produtiva PME	66	80 502,1	73 376,9	46 973,7
		QI PME - Qualificação	56	29 806,1	8 491,1	3 854,5
	Qualificação e Internacionalização de PME	QI PME - Conjuntos Qualificação	0	0	0	0
		QI PME - Vale Inovação	380	6 819,2	6 819,2	5 114,4
PI 4.5 - Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação	Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável	Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável	7	765,1	733,7	623,7
TOTAL CENTRO 2020			1 229	364 538	289 316	164 135

Fundo comunitário atribuído às operações aprovadas no âmbito do Centro 2020, por Tipologia de investimento (31 de março de 2016)



A análise é muito semelhante se for centrada apenas nos projetos empresariais comparticipados pelo Centro 2020, uma vez que, como já foi referido, refletem a grande maioria das aprovações nesta data (mais concretamente 99,6% do fundo comunitário). Estavam aprovados 163,5 milhões de euros de incentivos, a que correspondem 288,6 milhões de euros de investimento elegível. Deste valor de fundo comunitário, a maior percentagem refere-se a aprovações no âmbito da Inovação Empresarial e Empreendedorismo enquanto apenas 4,3% diz respeito a projetos de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico. Grande parte do volume de aprovações em Sistemas de Incentivos são dirigidos a pequenas empresas (35,1%) e aos setores de atividade Indústria Transformadora (45,1%) e Serviços (41,2%). Relativamente à distribuição territorial dos fundos comunitários aprovados no Centro 2020, os maiores valores respeitam a projetos localizados na Região de Aveiro e na Região de Leiria. Os valores mais baixos foram registados nas CIM do interior, o que se justifica dado que a maioria dos avisos de concurso já abertos respeitam a apoios às empresas e que nestes territórios a densidade empresarial é mais baixa. No entanto, é de referir que os territórios de baixa densidade tiveram também avisos próprios neste âmbito. Até à data, houve quatro avisos específicos para territórios de baixa densidade e quatro avisos em que houve majoração (mais em concreto 10% na taxa de cofinanciamento) para projetos localizados nestes territórios. Os resultados apresentados incorporam já os valores aprovados para dois dos avisos do primeiro caso e para outros dois dos avisos do segundo caso.

Distribuição do fundo comunitário atribuído às operações aprovadas no âmbito dos Sistemas de Incentivos do Centro 2020 (31 de março de 2016)



No final de março, estavam aprovados mais de 500 milhões de euros de fundos comunitários, no âmbito dos quatro Programas Operacionais Temáticos do Portugal 2020 na Região Centro: PO CI, PO CH, PO ISE e PO SEUR.

Relativamente às empresas, para além do Centro 2020, os promotores empresariais da Região Centro poderão também candidatar os seus projetos ao programa operacional Compete 2020. Até ao final de março de 2016 estavam aprovados no Compete 2020, na Região Centro, 364 projetos de empresas na Região Centro, a que correspondia uma comparticipação de fundo comunitário de 225 milhões de euros e um investimento elegível previsto de 408,5 milhões de euros.

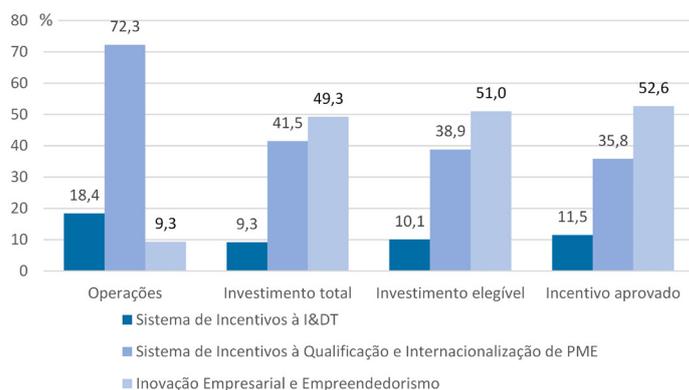
Quadro 15 - Aprovações no Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) por Prioridade de investimento, Tipologia de investimento e Tipologia de projeto/operação, na Região Centro (31 de março de 2016)

Prioridade de investimento	Tipologia de investimento	Tipologia de projeto/operação	Operações	Investimento total	Investimento elegível	Incentivo aprovado
			N.º	Milhares de euros		
PI 1.2 - A promoção do investimento das empresas em investigação e inovação, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de investigação e desenvolvimento e o setor do ensino superior	Investigação de Desenvolvimento Tecnológico (I&DT)	I&DT - Copromoção	40	38 877	37 553	23 758
		I&DT - Demonstradores Copromoção	6	3 474	3 153	1 760
		I&DT - Demonstradores Individuais	1	171	167	100
		I&DT - Vale I&D	20	388	388	291
PI 3.1 - Promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, designadamente através de viveiros de empresas e ações coletivas	Inovação Empresarial e Empreendedorismo	Inovação - Empreendedorismo	0	0	0	0
		Inovação - Vale Empreendedorismo	0	0	0	0
PI 3.2 - Desenvolvimento e a aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização	Qualificação e Internacionalização de PME	QI PME - Conjuntos Internacionalização	33	95 221	83 785	45 204
		QI PME - Internacionalização	112	61 302	46 505	20 925
		QI PME - Vale Internacionalização	8	150	150	113
PI 3.3 - Concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços	Inovação Empresarial e Empreendedorismo	Inovação - Produtiva PME	26	184 928	168 354	100 605
		Qualificação e Internacionalização de PME	QI PME - Conjuntos Qualificação	13	15 984	15 260
	QI PME - Qualificação		45	18 841	12 112	5 495
	QI PME - Vale Inovação		52	962	962	722
TOTAL PO CI*			364	463 852	408 469	225 043

* apenas projetos com localização definida, não incluindo os projetos multi-regionais.

Apesar da maioria dos projetos aprovados respeitarem a operações de internacionalização (PI 3.2), o maior valor de fundo aprovado destina-se a projetos de inovação nas empresas e de incorporação de fatores imateriais de competitividade (PI 3.3). Esta mesma situação verifica-se relativamente à tipologia de investimento, ou seja, observa-se uma maior concentração de operações aprovadas de Qualificação e Internacionalização de PME, envolvendo, no entanto, valores médios de investimento e de fundo comunitário aprovado mais reduzidos do que os projetos de Inovação Empresarial e Empreendedorismo, que é a tipologia com maior valor de incentivo aprovado. De facto, mais de metade do FEDER aprovado no Compete 2020 na Região Centro refere-se a projetos de inovação produtiva no âmbito desta tipologia.

Incentivos às empresas no âmbito do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) – Compete 2020 na Região Centro (31 de março de 2016)



A competitividade está muito associada ao capital humano disponível. Assim, o investimento que é feito nesta área é da maior importância estratégica para o país e para as regiões, pois o seu retorno permite corrigir desequilíbrios estruturais que ainda persistem ao nível das desigualdades sociais e do desenvolvimento económico, influenciando fortemente a escolarização da população, a produtividade dos recursos humanos e a própria especialização da economia.

Apenas existe informação disponível de PO CH até 31 de dezembro de 2015. Assim, até esta data, estavam já aprovados 190 milhões de euros de FSE, por este Programa Operacional, destinados ao cofinanciamento de 45 milhões de horas de formação e envolvendo cerca de 48 mil participantes em ações.

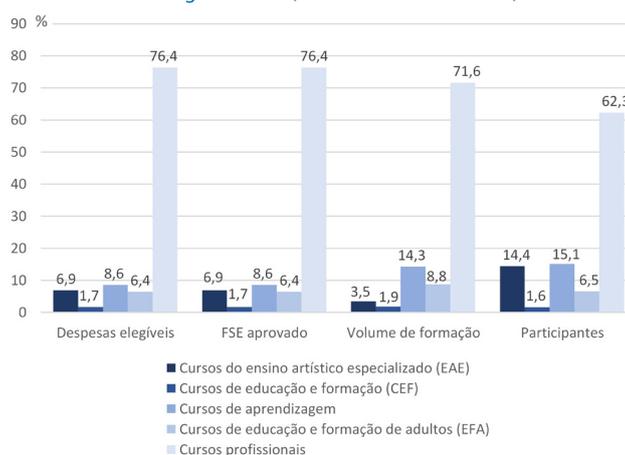
Quadro 16 - Aprovações no Programa Operacional Capital Humano (PO CH) por Prioridade de investimento e Tipologia de operação, na Região Centro (31 de dezembro de 2015)

Prioridade de investimento	Tipologia de operação	Despesas elegíveis	FSE aprovado	Volume de formação	Participantes
		Milhares de euros		Horas	N.º
PI 10.1 - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino pré-escolar, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais e não formais para a reintegração no ensino e na formação	Cursos do ensino artístico especializado (EAE)	15 428	13 090	1 542 942	6 881
	Cursos de educação e formação (CEF)	3 833	3 258	833 849	771
PI 10.3 - Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida, para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, inclusive através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas	Cursos de aprendizagem	19 258	16 370	6 383 664	7 226
	Cursos de educação e formação de adultos (EFA)	14 373	12 217	3 925 006	3 124
PI 10.4 - Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de ensino baseados no trabalho, nomeadamente sistemas de ensino dual e de aprendizagem	Cursos profissionais	171 054	145 310	31 998 936	29 725
TOTAL PO CH*		223 947	190 244	44 684 397	47 727

* apenas projetos com localização definida, não incluindo os projetos multi-regionais.

Cerca de três quartos do valor aprovado destina-se a cofinanciar cursos profissionais que visam a melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrando para o mercado de trabalho e facilitando a transição da educação para o trabalho. Já no QREN eram os cursos profissionais que absorveram maior valor de fundo comunitário. De entre as restantes ações, a que envolve maior valor de FSE, maior volume de formação e de participantes é a que respeita aos cursos de aprendizagem ao longo da vida, visando a atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores.

FSE aprovado no âmbito do Programa Operacional Capital Humano (PO CH) na Região Centro (31 de dezembro de 2015)



Como é referido no texto do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE), este surge no contexto de crise económica e social que Portugal tem vindo a enfrentar nos últimos anos e que coloca “desafios acrescidos às intervenções públicas nos domínios do combate à pobreza, da promoção da inclusão social e do emprego, não só no curto mas também no médio prazo. Neste âmbito, tem vindo a assistir-se a um aumento da exposição dos agregados familiares a situações de risco de pobreza e/ou exclusão social, decorrente, em primeira instância, de uma menor participação no mercado de trabalho, resultante do aumento do desemprego e da sua duração. De facto, o acréscimo do desemprego, tanto na sua componente conjuntural como estrutural, conjugado com os baixos níveis de educação e qualificação certificada da população, tem conduzido a uma maior fragilização de vários segmentos sociais e do desenvolvimento económico, influenciando fortemente a escolarização da população, da sociedade portuguesa. Portugal continua, assim, a apresentar elevados níveis de pobreza monetária e de exclusão social”.

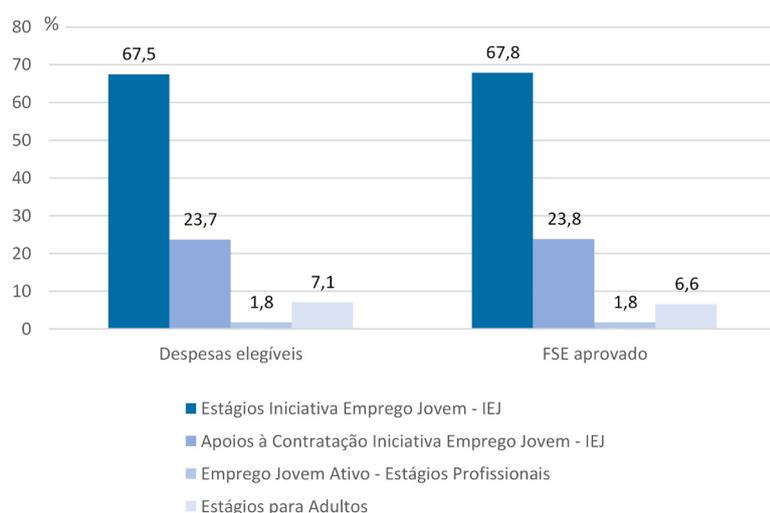
No PO ISE, até 31 de março de 2016, estavam já aprovados 52,7 milhões de euros de FSE destinados ao cofinanciamento de ações no âmbito da Iniciativa Emprego Jovem: estágios e apoios à contratação, dos estágios profissionais e dos estágios para adultos. Grande parte do valor aprovado (91,7%) respeita aos projetos da Iniciativa Emprego Jovem que visam a integração sustentável no mercado laboral dos jovens, em especial os que não trabalham, não estudam, nem se encontram em formação, incluindo os jovens em risco de exclusão social e de comunidades marginalizadas, nomeadamente através da concretização da Garantia para a Juventude. São, no entanto, os estágios que absorvem a grande percentagem da verba total alocada à Iniciativa Emprego Jovem.

Quadro 17 - Aprovações no Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE) por Prioridade de investimento e Tipologia de operação, na Região Centro (31 de março de 2016)

Prioridade de investimento	Tipologia de operação	Despesas elegíveis	FSE aprovado
		Milhares de euros	
PI 8.2 - Integração sustentável no mercado laboral dos jovens, em especial os que não trabalham, não estudam, nem se encontram em formação, incluindo os jovens em risco de exclusão social e de comunidades marginalizadas, nomeadamente através da concretização da Garantia para a Juventude	Estágios Iniciativa Emprego Jovem - IEJ	38 850	35 742
	Apoios à Contratação Iniciativa Emprego Jovem - IEJ	13 642	12 550
	Emprego Jovem Ativo - Estágios Profissionais	1 021	939
PI 8.1 - Acesso ao emprego pelos candidatos a emprego e os inativos, incluindo os desempregados de longa duração e pessoas afastadas do mercado de trabalho, igualmente através de iniciativas locais de emprego e de apoio à mobilidade dos trabalhadores	Estágios para Adultos	4 069	3 458
TOTAL PO ISE*		57 581	52 690

* apenas projetos com localização definida, não incluindo os projetos multi-regionais.

FSE aprovado no âmbito do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE) na Região Centro (31 de março de 2016)



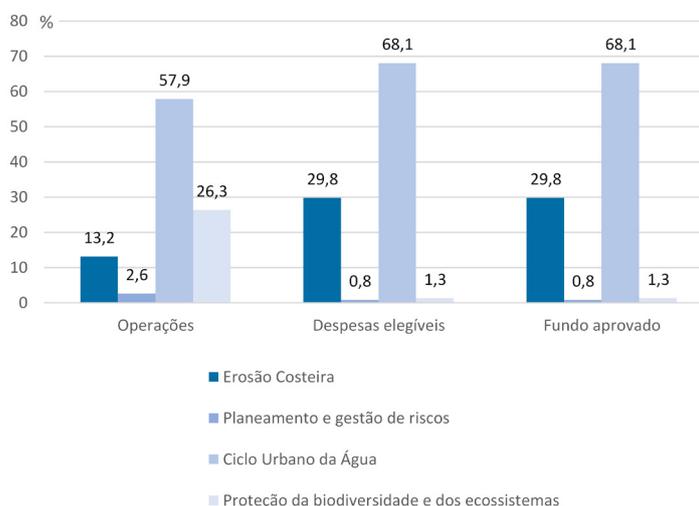
Para a área da sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos (PO SEUR), até 31 de março de 2016, estavam aprovados 38 projetos que envolviam 53,8 milhões de euros de fundo comunitário aprovado. Cerca de 68,1% do valor de fundo comunitário aprovado respeita a projetos do ciclo urbano da água, na sua maioria para a concretização e remodelação de ETAR. 29,8% do volume de aprovações respeita a projetos de prevenção da erosão costeira, mais concretamente um projeto para redução da erosão costeira do “Sítio” da Barrinha de Esmoriz e zona envolvente promovido pela Polis Litoral Ria de Aveiro e quatro operações relativas ao desassoreamento da zona superior da Lagoa de Óbidos promovidas pela Agência Portuguesa do Ambiente.

Quadro 18 - Aprovações no Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR) por Eixo prioritário e Categoria de intervenção, na Região Centro (31 de março de 2016)

Eixo prioritário	Categoria de intervenção	Despesas elegíveis	Fundo aprovado
		Milhares de euros	
Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos	Erosão Costeira	18 863	16 034
	Planeamento e gestão de riscos	506	430
Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos	Ciclo Urbano da Água	43 150	36 677
	Proteção da biodiversidade e dos ecossistemas	825	701
TOTAL PO SEUR*		63 343	53 842

* apenas projetos com localização definida, não incluindo os projetos multi-regionais.

Fundo comunitário aprovado no âmbito do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR) na Região Centro (31 de março de 2016)



FONTES

Enquadramento Nacional

- INE - Contas Nacionais Trimestrais (Base 2006)
- Inquérito ao Emprego
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Inquérito de Conjuntura aos Consumidores (Base 2008)
- Inquéritos Qualitativos de Conjuntura

Mercado de Trabalho

- INE - Inquérito ao Emprego (Base 1998 e Base 2011)
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Índice de Custo do Trabalho (Base 2008)

Desemprego Registrado

- IEFP - Desemprego registado por concelho – Estatísticas Mensais
- INE - Estimativas Anuais da População Residente

Empresas

Banco de Portugal

- Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras
- Rácios de crédito vencido das sociedades não financeiras

INE - Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

IGNIOS - Gestão Integrada de Risco, S.A.

- Empresas constituídas
- Ações de insolvência

Comércio Internacional de Bens

- INE - Contas Nacionais Trimestrais (Base 2006)
- Entradas e saídas de mercadorias por secção da nomenclatura combinada, tipo de comércio e NUTS II

Secções seleccionadas:

- I – Animais vivos e produtos do reino animal
- IV – Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados
- VI – Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas
- VII – Plástico e suas obras; borracha e suas obras
- IX – Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria
- X – Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras
- XI – Matérias têxteis e suas obras
- XIII – Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras
- XV – Metais comuns e suas obras
- XVI – Máquinas e aparelhos, material eléctrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios
- XVII – Material de transporte

Turismo

- INE - Inquérito à Permanência de Hóspedes e outros dados na Hotelaria
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Construção e Habitação

- INE - Inquérito aos Projectos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios
- Estatísticas das Obras Concluídas
- Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Banco de Portugal

- Empréstimos concedidos a famílias para habitação
- Rácios de crédito vencido das famílias – habitação

Preços e Consumo Privado

- INE - Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Entradas intracomunitárias de mercadorias por Classificação por Grandes Categorias Económicas (CGCE) e tipo de comércio
- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2006)
- ICA – Instituto do Cinema e do Audiovisual
- Receitas de cinema
- SIBS - Área de Estatísticas do Grupo SIBS
- Transações realizadas em Caixas Automáticas por município
- Transações realizadas em Terminais de Pagamento Automático por município

Banco de Portugal

- Empréstimos concedidos a famílias para consumo e outros fins
- Rácios de crédito vencido das famílias – consumo e outros fins

Políticas Públicas no Centro

Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.

- Boletins Informativos dos Fundos da União Europeia n.º 1, n.º 2 e n.º 3

Autoridade de Gestão do Centro 2020

Sistemas de Incentivo - Compete 2020

A informação contida no “Centro de Portugal – Boletim Trimestral” do primeiro trimestre de 2016 foi recolhida até ao dia 14 de junho de 2016

Co-financiamento: